

Adaptações metodológicas para o planejamento urbano alternativo no Brasil:

O urbanismo tático como ferramenta de transformação urbana e social em Belo Horizonte – MG.

SESSÃO TEMÁTICA: ET 02 (DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA
GESTÃO DA PAISAGEM)

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Lourdes Caroline Ribeiro Sanches da Silva

Coautor: Mariana de Oliveira Macêdo

Coautor: Teresa Cristina de Almeida Faria

Coautor: Marília Solfa

RESUMO

O planejamento urbano no Brasil vem enfrentando grandes desafios diante do avanço da especulação imobiliária e do mercantilismo em detrimento do bem comum. As grandes intervenções urbanas, envoltas na ideologia neoliberal, acentuam desigualdades espaciais e sociais, resultando em áreas gentrificadas. A partir dessa realidade, mostra-se necessário buscar novas formas de se pensar o planejamento urbano, tendo como horizonte as abordagens alinhadas à ideia de um urbanismo alternativo. Existem diversos conceitos e práticas que dialogam com esta noção de planejamento alternativo, porém estas necessitam de adaptações para que atendam ao contexto brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir as necessárias mudanças conceituais e práticas das metodologias de planejamento alternativo quando aplicadas no Brasil, destacando em particular os exemplos do urbanismo tático. Utilizando a revisão de literatura e a análise de dois estudos de caso na cidade de Belo Horizonte – MG como métodos de pesquisa, foi possível compreender as características fundamentais de alguns termos relacionados às práticas emergentes de urbanismo alternativo, incluindo o urbanismo tático, e a sua aplicação particular no Brasil. Esses levantamentos colaboram com o entendimento sobre a origem e as características do urbanismo tático em cidades brasileiras, contribuindo também com um planejamento urbano mais assertivo.

PALAVRAS-CHAVES: planejamento urbano alternativo; urbanismo tático; espaço público.

ABSTRACT

Urban planning in Brazil is facing major challenges in the face of the advancement of real estate speculation and commercialism. Large urban interventions, wrapped in neoliberal ideology, accentuate spatial and social inequalities, resulting in gentrified areas. Based on this reality, it is necessary to seek new ways of urban planning, with approaches aligned with the idea of alternative urbanism. There are several concepts and practices that dialogue with this notion of alternative planning, but these require adaptations to suit the Brazilian context. The present work aims to discuss the necessary conceptual and practical changes in alternative planning methodologies when applied in Brazil, highlighting examples of tactical urbanism. Using the literature review and the analysis of two case studies in the city of Belo Horizonte – MG as research methods, it was possible to understand the fundamental characteristics of terms related to emerging practices of alternative urbanism, including tactical urbanism, and their application in Brazil. These surveys contribute to the understanding of the origin and characteristics of tactical urbanism in Brazilian cities, also contributing to a more assertive urban planning.

KEYWORDS: alternative urban planning; tactical urbanism; public spaces.



1 INTRODUÇÃO

O planejamento urbano vem perdendo espaço diante de uma dimensão pública na qual predomina a especulação imobiliária e o mercantilismo assume prioridade sobre o bem comum (Montaner, 2012). As grandes operações imobiliárias se utilizam de um “marketing urbano” que coloca suas requalificações e monumentos emoldurados, resultando em áreas extremamente valorizadas, mas também gentrificadas, acirrando suas desigualdades espaciais e sociais (Vaz; Seldin, 2008). Estas práticas podem contribuir para a inserção da cidade em nível global, mas negligenciam os problemas e desejos cotidianos de seus moradores, em especial aqueles que residem na periferia.

Portanto, é necessário buscar novas formas de pensar o planejamento urbano: um urbanismo alternativo, que busque a verdadeira participação popular e a sustentabilidade, considerando seu sentido social acima do econômico (Montaner, 2012). Neste artigo, entende-se por urbanismo alternativo aquele definido por Montaner (2012), baseado na autogestão, no funcionamento “bottom up” e na justiça, tendo como pilares a igualdade, a diversidade, a participação e a sustentabilidade.

Existem diversos conceitos e práticas que dialogam com esta noção de planejamento alternativo, entre elas o urbanismo tático, e que se mostram pertinentes para resolução de problemas urbanos e a requalificação de espaços públicos no Brasil. Porém, estes métodos necessitam de adaptações para que atendam a realidade do país, em especial aqueles que possuem origem em países do norte global, uma vez que foram baseados em uma situação física e imaginária preexistente muito distante da brasileira.

Portanto, busca-se, por meio desse artigo, discutir as mudanças conceituais e espaciais das metodologias de planejamento alternativo quando aplicadas ao Brasil, em especial o urbanismo tático, através da revisão de literatura e de dois estudos de caso na cidade de Belo Horizonte - MG.

2 APRESENTANDO O URBANISMO TÁTICO E OUTRAS PRÁTICAS

A forma de pensar as cidades passou, e ainda passa, por transformações significativas em sua fundamentação e prática: Até meados da década de 1960, o planejamento das cidades brasileiras foi guiado pelo ideal do progresso, através dos conceitos sanitaristas, racionais e autoritários de referências como Haussmann e Le Cobursier (Monte-Mor, 2005). Desde então, novos métodos de planejamento surgiram e crises econômicas, geradas pela reestruturação produtiva, fizeram com que o urbanismo funcionalista desse lugar a ideologia neoliberal (Maricato; Ferreira, 2002).

Como instrumento de planejamento, as Operações Consorciadas surgiram nos EUA e Europa durante a década de 70, como forma de criar parcerias entre o estado e outros agentes sociais para a gestão da cidade. Apesar do conceito incluir a participação da sociedade civil organizada, “a iniciativa privada ganha um papel de destaque, pelo volume de capital de que dispõe, em relação a um Estado pouco ágil do ponto de vista financeiro” (Maricato; Ferreira, 2002, p. 4). Quando transposto para a realidade brasileira, como no caso de São Paulo¹, as intervenções responderam apenas às demandas do setor imobiliário, sendo realizadas em áreas que a iniciativa privada tem interesse, dificilmente trazendo benefícios às periferias e

¹ Em São Paulo, ocorreram as Operações Urbanas Consorciadas de Água Branca (1995); Água Espraiada (2001); Centro (1997); e Faria Lima (1995).



áreas com maiores demandas de intervenção (Maricato; Ferreira, 2002). Esta concepção neoliberal da cidade privilegia prioritariamente a sua dimensão econômica, vendo seus moradores como consumidores.

No entanto, uma nova visão emancipatória enxerga seus moradores como cidadãos, privilegiando a dimensão social da cidade (Vaz; Seldin, 2008). Nesse contexto, surgem outras práticas para o urbanismo, considerando fatores que tanto o planejamento tradicional quanto o neoliberal se mostram carentes: a participação popular, a importância social e a dimensão humana e cotidiana da cidade, criando espaços públicos que potencializam a identidade e cidadania de seus usuários.

O urbanismo alternativo sempre busca contrapor o urbanismo estratégico e hegemônico, mas assume diversas formas e conceitos, destacando-se: o *placemaking*, proposto pela ONG estadunidense *The Project for Public Spaces*; o urbanismo de guerrilha, cunhado por Hou a partir da observação de iniciativas por todo o mundo; o urbanismo cidadão, da ONG peruana *Ocupa tu Calle*; e o urbanismo tático, definido por Lydon e Garcia a partir de sua atuação profissional nos Estados Unidos da América. Esses conceitos não foram os responsáveis por criarem as práticas alternativas, uma vez que estes sumarizam e delimitam ações e pensamentos que os antecedem. Portanto, sua importância é fundamentada na análise das intervenções anteriores, identificando seus entraves e benefícios, e na criação de métodos e instrumentos para que estas ações sejam amplamente difundidas.

Dentre os conceitos mencionados, o *placemaking* foi consolidado há mais tempo, sendo utilizado pelo Project for Public Spaces (PPS) para designar seu método de trabalho desde 1995. Essa prática tem como objetivo ativar espaços, rejuvenescer paisagens urbanas, desenvolver a economia local, gerar locais seguros e incentivar a criação de espaços de convivência, através de arte e atividades culturais que envolvam diversos agentes, como ONGs, a comunidade local e o poder público (Markusen; Gadwa, 2010).

Por outro lado, o termo urbanismo de guerrilha caracteriza intervenções não planejadas que desafiam o urbanismo tradicional, servindo como tensionadores dos limites do planejamento urbano e sua prática social e profissional (Hou, 2020). Diferentemente de outras práticas de urbanismo alternativo aqui apresentadas, que possuem o envolvimento do poder público, planejadores urbanos ou instituições, o urbanismo de guerrilha não é roteirizado ou sancionado (Hou, 2020). Ele é composto por intervenções espontâneas e de pequena escala criadas por coletivos e indivíduos, buscando desestabilizar e interromper o sistema hegemônico, ao mesmo tempo que propõem alternativas e resistências (Hou, 2020).

Já o urbanismo cidadão tem seu diferencial na ótica de análise, surgindo para investigar como se configura a trajetória dos movimentos e práticas emergentes na América Latina e Caribe (Acevedo et al., 2022). O termo foi consolidado em 2022, a partir da publicação do livro *“Urbanismo Ciudadano en América Latina: Superlibro de acciones cívicas para la transformación de las ciudades”*, que apresenta ações latinas, com seus dados e ferramentas metodológicas, facilitando a aprendizagem, adaptação e replicação destas intervenções em outros contextos (Acevedo et al., 2022).

Muitas das práticas apresentadas no livro também são identificadas com outros termos de urbanismo alternativo, porém a abordagem se diferencia pela análise sob a visão latino-americana, evidenciando características que não necessariamente seriam destacadas quando analisadas sob outros conceitos. Apesar de não ser tão difundido quanto outros termos, o urbanismo cidadão suscita uma discussão relevante, uma vez que as metodologias de prática e planejamento alternativo não podem ser aplicadas na realidade brasileira sem modificações e



ponderações considerando a realidade do país, que em muito se difere de países como os Estados Unidos da América, onde muitas das denominações tiveram origem.

Por fim, o urbanismo tático engloba as práticas que procuram ativar espaços de uso público da cidade, por meio de intervenções e políticas de curta duração, baixo custo, pequena escala, multiplicáveis e que, apesar de temporárias, promovam mudanças físicas ou políticas a longo prazo (Lydon; Garcia, 2015). As ações de urbanismo tático podem ser realizadas por diversos agentes, como governo, empresas, ONGs, coletivos e indivíduos, sempre incluindo os usuários do local na concepção projeto.

Dessa forma, o urbanismo tático possui pontos em comum com os outros três conceitos apresentados, porém se diferencia dos demais pelo seu foco no caráter temporário e pela presença do poder público em muitas de suas ações. Por ter como objetivo a transformação permanente de locais ou de políticas, se faz de extrema importância o diálogo com o governo, mesmo que seja apenas em suas fases finais para aval e manutenção dos espaços públicos contemplados pela ação. Em algumas intervenções, o urbanismo tático serve de instrumento para lideranças civis reivindicarem direitos e proporem soluções práticas, iniciando um processo de diálogo com o governo. Em outras situações, o próprio poder público tem a iniciativa, utilizando-se do método para testar um projeto antes de sua fase final e permanente ou para engajar a participação popular durante o planejamento e desenvolvimento de projetos (Lydon; Garcia, 2015).

Embora o conceito do urbanismo tático seja pertinente para o contexto brasileiro, uma vez que permite soluções rápidas e baratas para problemas urbanos, este precisa ser adaptado para abarcar as peculiaridades do país, uma vez que sua prática está diretamente relacionada com o espaço construído preexistente, a participação popular e a cidadania do local que se insere.

3 URBANISMO TÁTICO NO BRASIL

3.1 O CONTEXTO BRASILEIRO

Antes de analisar o planejamento alternativo no Brasil, é necessário entender o cenário brasileiro e a relação direta entre o desenvolvimento da cidadania e a participação popular. Para Holston (2013), a palavra “cidadão” foi utilizada por muito tempo para se referenciar a um outro anônimo, de forma desvalorizada e distanciada.

Segundo o autor, a cidadania no Brasil desde seu início foi marcada pela desigualdade na distribuição de direitos, a obediência à lei era vista como uma humilhação, direcionada apenas aos pobres ou aos adversários, o que o autor chama de “cidadania diferenciada” (Holston, 2013). Essa condição apenas começou a ser alterada a partir da relação entre população e cidade, com a criação dos trabalhos industriais urbanos e o recebimento de migrantes, que se tornaram os autoconstrutores das periferias. A quantidade de domicílios próprios passou a crescer substancialmente no país, e os proprietários passaram a ter maior consciência de sua cidadania: “Eles podiam afirmar que se tornaram cidadãos urbanos por meio da apropriação do próprio solo da cidade” (Holston, 2013, p. 243). Movidos pela necessidade, esses moradores suprimiram as suas demandas ignoradas pelo poder público, desenvolvendo suas casas e bairros, e construindo um novo tipo de cidadania: a “cidadania insurgente” (Holston, 2013).



A partir da mobilização da população, os moradores começam a reconhecer suas necessidades como direitos de cidadãos e apoiar seus argumentos em direitos previstos em lei (Holston, 2013). Essa reivindicação tomou tanta força, que foi capaz de criar mecanismos de participação na nova constituição, através da formulação da Constituição de 1988, proposta por uma assembleia constituinte eleita por voto direto (Holston, 2013). Dessa forma, a cidadania insurgente toma ainda mais força, tendo como objetivo a justiça social e a democracia, “centrada na equiparação, e não na diferenciação” (Holston, 2013).

Portanto, podemos entender a criação de um conceito mais inclusivo de cidadania no Brasil a partir da construção da própria cidade, desigual e segregada, e do esforço para transformá-la. A cidadania apenas contemplou integralmente a população geral, com seus direitos para além dos deveres, quando esta se uniu e agiu por sua transformação direta no espaço construído e na política. Também vale destacar que apesar deste ter sido um esforço contra-hegemônico e disruptor, dialogar com o poder público sobre suas reivindicações e ter suas conquistas transformadas em políticas apenas reforçou sua importância e consolidou seus feitos. Desse modo, entende-se que o diálogo entre reivindicação popular e poder público é um dos principais caminhos para a mudança, e o urbanismo tático se mostra como método propício para mediar esta relação.

3.2 EXPERIÊNCIAS DO URBANISMO TÁTICO NO BRASIL

No Brasil, não é possível indicar onde e quando surgiu o urbanismo tático, uma vez que intervenções “(in)surgiram” em espaços subutilizados por todo o país, antes mesmo da metodologia ganhar notoriedade (Sansão-Fontes et al., 2020). Porém, é possível destacar algumas propostas, como o Programa Centro Aberto, criado em 2013 pela prefeitura de São Paulo, para ampliar os espaços públicos de convivência na cidade (Gestão Urbana de SP, 2023); o movimento *A Batata Precisa de Você*, criado em 2014 por iniciativa de moradores e usuários do Largo da Batata, buscando testar possibilidades de ocupação do espaço público e evidenciar seu potencial como local de convivência (*A Batata Precisa de Você*, 2023); e o programa Cidade da Gente, criado em 2017 pela prefeitura de Fortaleza, como forma de diminuir os acidentes viários e criar espaços públicos seguros e atrativos para pedestres (Sansão-Fontes; Pina; Paiva, 2021).

O conceito também se mostra interessante para o Brasil como uma metodologia de participação popular, uma vez que o planejamento se situou por muito tempo apenas na escala macro e distante da população, utilizando somente das audiências públicas como ferramenta para o rompimento dessa barreira, mas que em muitos momentos acaba fortalecendo uma “comunicação unilateral” ao invés da colaboração (Sansão-Fontes et al., 2020).

As ações de urbanismo tático podem trazer, nesse sentido, a criação de um protótipo na escala 1:1, permitindo que ideias sejam testadas de forma temporária antes da implementação de uma proposta permanente (Sansão-Fontes et al., 2020). Essa característica faseada é o que permite que o método seja tão assertivo em suas respostas finais, uma vez que elas são aplicadas de forma temporária in loco, permitindo alterações e adaptações participativas, até que se encontre uma alternativa ideal. Dessa forma, o urbanismo tático se mostra como uma ferramenta essencial para a criação de políticas municipais que garantam espaços públicos de qualidade para seus moradores e usuários, além de permitir a conscientização da importância da participação popular nas transformações da cidade.



3.2 O CASO DE BELO HORIZONTE-MG

Com mais de 2,3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), a capital do estado de Minas Gerais possui desde a sua inauguração um desenho urbano baseado na lógica rodoviária, que prioriza o automóvel e expressa um desequilíbrio entre o espaço para os carros e os espaços de socialização e de pedestres (França, 2022). Além disso, Belo Horizonte possui uma grande extensão territorial, com múltiplas características físicas e socioeconômicas, sendo organizada administrativamente em nove regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. Cada regional possui desafios particulares, além de um planejamento local específico, traçado a partir de planos diretores regionais (Prefeitura de Belo Horizonte, 2020).

A partir do diálogo entre comunidade civil e poder público (França, 2022), projetos de urbanismo tático foram desenvolvidos como uma resposta rápida e de baixo custo tanto para problemáticas municipais quanto locais, sendo inclusive aplicados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Para compreender as potencialidades do urbanismo tático como ferramenta de transformação urbana e social, podemos destacar dois programas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: O Programa *A Rua é Nossa* e o *Credenciamento de unidades produtivas coletivas e comunitárias*, projetos conduzidos por diferentes secretarias e com diferentes objetivos, ilustrando as inúmeras possibilidades de aplicação deste método.

O Programa *A Rua é Nossa*, criado em 2017, propõe o fechamento para veículos de dez vias públicas de Belo Horizonte todos os domingos, no período entre oito e catorze horas (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023a). Tendo sido regulamentado em 2023, pelo Decreto Nº 18.346, o programa tem como objetivo incentivar a convivência, o lazer, o esporte e a atividade física em locais públicos, organizando nas vias oficinas e atividades coordenadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023a).

O programa é dividido entre unidades de esporte e recreação e unidades de atividades físicas. O primeiro trata de atividades ofertadas e programadas pela SMEL, enquanto o segundo destina-se a atividades espontâneas da população (Belo Horizonte, 2023). Dentre as inúmeras atividades consideradas pelo Decreto (Figura 1), podemos citar a exemplo aulas, competições, treinos, oficinas e apresentações artístico-culturais; cinema ao ar livre e ações de entretenimento em geral; brincadeiras, jogos e ações recreativas; ações de promoção e fomento ao lazer, convivência e bem-estar; comercialização de gêneros alimentícios, bebidas e de produtos da agricultura familiar e urbana; exposições e feiras de arte, artesanato, literatura, gastronomia, produtos agroecológicos, convivência urbana (Belo Horizonte, 2023).



Figura 1: Atividades do Programa A Rua é Nossa.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Divulgação, 2024.

As ações do programa nas unidades de esporte e recreação podem receber atividades complementares propostas por colaboradores (pessoa física ou jurídica), comerciantes e feirantes, todos devidamente autorizados. As atividades são submetidas através de formulário disponibilizado no site da Prefeitura de Belo Horizonte, juntamente ao cadastro dos colaboradores interessados em realizar atividades no programa, que têm como contrapartida a permissão de uso do espaço e a divulgação da logomarca (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023a).

Além disso, quanto à abrangência, *A Rua é Nossa* está presente em seis regionais da capital mineira: Centro-Sul, Oeste, Nordeste, Noroeste, Leste e no Barreiro (Prefeitura de Belo Horizonte, 2024b). Já as regionais Norte, Venda Nova e Pampulha não são contempladas pelo programa, o que se apresenta um prejuízo às pessoas que ali vivem em relação ao acesso a atividades de esporte e de lazer no espaço público. De acordo com as informações demográficas e socioeconômicos de Belo Horizonte (Prefeitura de Belo Horizonte, 2021), Venda Nova apresentava, em 2010, a segunda menor taxa de renda média da população quando comparada às outras regionais, sendo a sexta mais populosa e a regional mais adensada entre elas. Com baixa renda média e alto adensamento, o programa se mostraria muito potente neste local justamente por propor atividades realizadas na rua, sem investimento financeiro da população ou necessidade de espaços privados para a garantia do esporte e do lazer como direitos.

Quanto ao *Credenciamento de unidades produtivas coletivas e comunitárias*, podemos destacar sua extensão: atualmente são 54 locais beneficiados por essa política, iniciada em 2019 pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), por meio da Gerência de Fomento à Agricultura Familiar e Urbana (GEFAU) (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b). Seu objetivo é promover segurança alimentar e nutricional da população, além de fortalecer a coletividade de comunidades, através da produção de alimentos saudáveis que contribuem para o desenvolvimento local e a geração de renda (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b).

O projeto permite que seja feita a inscrição tanto de grupos interessados em iniciar uma horta, quanto de indivíduos cadastrados no CadÚnico, para que a prefeitura crie grupos a partir de três ou mais interessados na mesma área. Após a inscrição, a prefeitura auxilia na implantação

do empreendimento, através da organização e formação técnica do grupo, além da preparação da área e plantio inicial, na qual a SUSAN fornece a equipe técnica, materiais, ferramentas, sementes, mudas e adubo (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b).

Após essa etapa, o grupo passa pelo credenciamento, habilitação e atendimento para unidades produtivas, se configurando oficialmente como uma das Unidades produtivas coletivas e comunitárias (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b). Todas as atividades são realizadas em vazios urbanos, como terrenos públicos ou áreas ociosas, identificados através de uma consulta pública e triagem de quais possuem potencial produtivo (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b). Apesar da iniciativa não contemplar todas as hortas urbanas coletivas da cidade, ela permite acompanhar e apoiar o trabalho de muitas delas, além de possuir ações em todas as regiões administrativas de Belo Horizonte (Figura 2).

Figura 2: Vista superior de espaço de cultivo de uma das Unidades Produtivas de Belo Horizonte.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b.

A região administrativa com maior número de unidades produtivas participantes é Barreiro, a localidade com menor renda média da cidade e que também possui uma baixa densidade demográfica quando comparada a outras regiões (Prefeitura de Belo Horizonte, 2021). Desta forma, estas unidades funcionam não só como uma iniciativa eficaz para a geração de alimentos saudáveis para a população local, mas também criam uma fonte de renda e integração municipal. Diversas hortas urbanas credenciadas participam da Feira de Agricultura Urbana e do Programa de Aquisição de Alimentos promovidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, gerando maior inclusão dos agricultores urbanos de localidades periféricas.

Outro resultado obtido pelo projeto de *Credenciamento de unidades produtivas coletivas e comunitárias* foi a qualificação e geração de renda para mulheres: atualmente 60% do público presente nas unidades produtivas é feminino (Prefeitura de Belo Horizonte, 2024a). A partir do trabalho na gestão e na produção de alimentos, é possível criar oportunidades de autonomia financeira para as mulheres atendidas, além da sua capacitação para o manejo sustentável do solo, a partir de práticas baseadas na agroecologia (Prefeitura de Belo Horizonte, 2024a).



Como ações táticas, ambas políticas sugerem novos usos para os espaços que ocupam, promovendo transformações físicas nos locais que são implantadas. Porém, os objetivos e instrumentos utilizados em cada uma delas são diferentes. Também podemos destacar a diferença entre os espaços que cada uma ocupa, e seu tempo de permanência: enquanto a primeira acontece em vias públicas e dura apenas algumas horas em um dia da semana; a segunda se encontra em vazios urbanos, podendo inclusive se localizar em espaços que não são públicos, desde que estejam sem uso e possuam potencial produtivo, passando assim a se configurarem como espaços comuns e de uso público enquanto a unidade produtiva estiver localizada ali, o que pode perdurar durante anos, uma vez que sua proposta é permanecer nos vazios urbanos enquanto eles não possuem nenhum outro uso, fazendo daquele local importante social e economicamente para a população envolvida.

Relacionando ambos os projetos e a primeira definição de urbanismo tático e suas proposições de usos, definidas por Lydon e Garcia (2015), é possível perceber que o Programa *a Rua é Nossa* possui maior proximidade com o conceito de urbanismo tático criado no EUA, uma vez que projetos de incentivo ao lazer e mobilidade ativa a partir do fechamento de vias acontecem em cidades de todo o mundo. Já o projeto de *Credenciamento de unidades produtivas coletivas e comunitárias* parte de uma problemática mais recorrente nos países latinos e subdesenvolvidos: a garantia da segurança alimentar e nutricional, assim como a geração de renda para as comunidades de menor poder aquisitivo. Apesar de uma problemática diferente, o programa utiliza de ferramentas táticas sugeridas pelos autores: a utilização de vazios urbanos e criação de hortas comunitárias.

Cabe destacar que, apesar das duas iniciativas suscitarem discussões sobre o espaço público e proporem novas óticas de pensamento, nenhum dos dois projetos preveem uma mudança espacial definitiva, podendo ser este um próximo passo para atingir as mudanças de longo prazo apontadas por Lydon e Garcia (2015) como essenciais no urbanismo tático.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado por Montaner (2012), as práticas do urbanismo alternativo podem reforçar os laços de uma comunidade, potencializando a igualdade e a justiça, através de projetos que consideram as condicionantes do local, a cultura, as necessidades e os movimentos de seus habitantes. Dessa forma, estudar os métodos e aplicações dos diversos conceitos relacionados a essas práticas se torna uma estratégia para difundir seus ideais, diminuir seus entraves, potencializar seus benefícios e garantir maior aderência de lideranças civis e do poder público.

A partir desta pesquisa, foi possível compreender as principais características de alguns termos utilizados quando nos referimos às práticas emergentes de urbanismo alternativo, em especial do urbanismo tático, e sua aplicação no Brasil. Levantamentos como este ajudam a entender como o conceito do urbanismo tático surgiu e como ele se comporta em cidades brasileiras, compreendendo suas características e falhas, colaborando assim para um planejamento municipal e regional mais assertivo.

Quando observamos a realidade brasileira, fica evidente a mudança de aplicação e caracterização das práticas, em um país no qual o próprio conceito de cidadania amplamente difundida foi criado de forma insurgente, na relação entre população e periferia. Dessa forma, o urbanismo tático surge como instrumento de transformação social e de conscientização, para além da transformação física, como é observado no caso das políticas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte apresentadas.



Apesar das particularidades, ambas intervenções em Belo Horizonte trazem impactos positivos para a ativação urbana e fomentam a discussão sobre os usos dos espaços públicos, incentivando a apropriação e propondo novas funcionalidades para estes espaços. A presença de políticas públicas partindo de diversos órgãos municipais também reafirma a utilização do urbanismo tático para diversos objetivos e problemáticas, uma vez que este pode ser uma importante ferramenta de participação popular e conscientização, convidando tanto os planejadores quanto a comunidade a pensar a cidade através da escala humana.

Trabalhos futuros pretendem compreender quais características e métodos favorecem a implementação de ações táticas efetivas pelo poder público no Brasil, identificando as barreiras e entraves para a suas realizações e caracterizando a participação das secretarias municipais e de outros agentes na implementação dos projetos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e com o apoio da FAPEMIG, por meio do financiamento via Convênio para PD&I de Concessão de Cota de Bolsas nº 5.12/2022.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, et al. **Urbanismo Ciudadano en América Latina Superlibro de acciones cívicas para la transformación de las ciudades**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2022.

A BATATA PRECISA DE VOCÊ. **A Batata Precisa de Você. Largo da Batata, 2023**. Disponível em: <http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Decreto nº 18.346, de 20 de junho de 2023. A Rua é Nossa. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 21 de junho de 2023.

FRANÇA, Tiffany Nicoli Faria Latalisa. **Urbanismo tático aplicado às zonas 30, ciclofaixas temporárias e ecozonas em Belo Horizonte, Minas Gerais**. Dissertação, Viçosa: UFV, 2022.

GESTÃO URBANA DE SP. Centro Aberto. **Gestão Urbana de São Paulo, 2023**. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto/>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space Guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities**. Nova Iorque: Routledge, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short Term Actions, Long Term Change**. Washington: Island Press, 2015.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João Sette Whitaker. **Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?** In: OSORIO, Letícia Marques et. Al. Estatuto da cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.



MARKUSEN, Ann; GADWA, Anne. **Creative Placemaking**. Washington: Markusen Economic Research Services and Metris Arts Consulting, 2010.

MONTANER, Josep M. **Por un urbanismo alternativo**. In: MONTANER, Josep M.; SUBIRATS, Joan. Repensar las políticas urbanas: Apuntes para la agenda urbana. Barcelona: Centre d'Estudis Territorials, 2012. P 175-189.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. In: DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **A rua é Nossa**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2023a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/esportes-e-lazer/aruaenossa>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Estatísticas e indicadores**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 21 de março de 2024.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Mulheres são maioria na agricultura urbana em Belo Horizonte**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2024a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/mulheres-sao-maioria-na-agricultura-urbana-em-belo-horizonte>. Acesso em: 21 de março de 2024.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **PBH inaugura mais um espaço do programa A Rua é Nossa**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2024b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-inaugura-mais-um-espaco-do-programa-rua-e-nossa>. Acesso em: 21 de março de 2024.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Planos Diretores Regionais**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/regionais>. Acesso em: 24 de março de 2024.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Unidades produtivas coletivas e comunitárias**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2023b. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/DIVULGAÇÃO. **Atividades do programa A Rua é Nossa serão retomadas neste domingo (24)**. Prefeitura de Belo Horizonte/Divulgação, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/atividades-do-programa-rua-e-nossa-serao-retomadas-neste-domingo-24>. Acesso em: 21 de março de 2024.

SANSÃO-FONTES, Adriana Sansão; MONTEIRO, Carolina Guido; FRANCO, Paulo Carmagnani; FOGELSON, Yuval. **Urbanismo Tático: Um Guia Para As Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

SANSÃO-FONTES, Adriana Sansão; PINA, João Pedro; PAIVA, Larissa Martins de. **Urbanismo tático: X ações para transformar cidades**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

VAZ, L. F.; SELDIN, C. **Bairro-Escola: espaços públicos em uma política urbana integrada**. In: VAZ, L,F et al. Os espaços públicos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: ed. 7letras. 2008. P 183-194.